PREFEITURA MUNICIPAL DE MARMELÓPOLIS
Estado de Minas Gerais

PROCESSO LICITATÓRIO 00142/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 000058/2025

CONTRATANTE
Prefeitura Municipal de Marmelópolis

OBJETO
Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para as Escolas Municipais e diversos setores da Administração Municipal

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO
R$ 51.789,07

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 11/11/2025 às 09:00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:
Aberto

EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

OBSERVAÇÃO: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma LICITAR DIGITAL e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as últimas.

OBS.: A proposta deverá ser anexada, juntamente com os documentos de habilitação, na Plataforma Licitar Digital conforme item 5 do edital.

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 00142/2025
PREGÃO ELETRÔNICO 000058/2025

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Marmelópolis, por meio do setor de licitações, sediado Rua José Acelino da Silva, 18, Centro, Marmelópolis/MG, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal 1688/2023 e 1832/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DO OBJETO

1.1 – O objeto da presente licitação é a Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para as Escolas Municipais e diversos setores da Administração Municipal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 – A licitação será dividida itens conforme tabela constante do Termo de Referência.

2 – DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente cadastrados na **Plataforma Licitar Digital (www.licitardigital.com.br)**.

3.2 – O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 – É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 – Para **TODOS OS ITENS**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.5.1 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a

receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2 – Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6 – Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 – aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 – autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 – empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 – pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 – aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 – empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 – pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 – agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 – pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10 – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 – O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 – A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 – Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 – O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 – Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 – A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 – DO ORÇAMENTO NÃO SIGILOSO

4.1 – O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 – Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 – Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 – Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.11 e 9.11.1 deste Edital.

5.4 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 – está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 – não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 – não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 – cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 – O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.6.1 – no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2 – nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7 – Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
5.7.1 – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2 – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3 – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4 – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5 – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6 – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7 – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8 – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9 – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10 – constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11 – cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8 – A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11 – Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12 – Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1 – a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2 – os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1 – valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2 – percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14 – O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15 – Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16 – O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 – Valor unitário e total de cada item;

6.1.2 – MARCA;

6.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 – O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação. (artigo 47 & 1º decreto 1676/2023.

6.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 – Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 – Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

6.8 – A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 – Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 – Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.11 – O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13 – Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.14 – Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.
7.4 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 – O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

7.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (um centavos).

7.9 – O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10 – O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 – Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver

lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5 – Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13 – Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.13.1 – A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13.2 – Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.3 – Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%.

7.13.4 – No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.13.5 – Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13.6 – Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14 – Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.14.1 – Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%.

7.14.2 – Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.14.2 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.14.3 – A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.14.4 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.14.5 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.14.6 – Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.15 – Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18 – No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20.1 – Caso o licitante tenha participado da etapa de lances e posteriormente solicite o declínio do item/lote, a solicitação deverá ser devidamente fundamentada, cabendo ao pregoeiro ou agente de contratação, no exercício de sua discricionariedade, decidir pelo deferimento ou indeferimento do pedido, observando, para tanto, os princípios aplicáveis à administração pública e à legislação vigente.

7.21 – Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.21.1 – Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema

automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.21.2 – Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.22 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22.1– Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.22.2 – O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.22.3 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22.4 – A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.22.5 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.22.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.22.5 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte

7.23 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.24 – Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.24.1 – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.24.2 – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.24.3 – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.24.4 – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.25 – Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.25.1 – empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.25.2 – empresas brasileiras;

7.25.3 – empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.4 – empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.26 – Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.27 – Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.27.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.27.2 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.3 – O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.27.4 – O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.27.5 – É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.28 – Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 – DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 – Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep); e.

8.2 – A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 – A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 – Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 – A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
8.3.2 – O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 – Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 – Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação

8.5 – Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6 – Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

8.7.1 [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s)no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.

8.9 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1 – contiver vícios insanáveis;

8.9.2 – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3 – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4 – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5 – apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10 – No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11 – A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.11.1 – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2 – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12 – Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.12.1 – Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.12.2 – No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.12.3 – No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12.4 – Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.13 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.14 – Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14.1 – Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.14.2 – Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.14.3 – Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.14.4 – Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.14.5 – Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.15 – Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.15.1 – O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.15.2 – Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.16 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17 – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18 – Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la,

conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19 – Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.20 – Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.21 – No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.22 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.23 – No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

8.23.1 – declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

8.23.2 – cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

8.23.3 – cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

8.23.4 – declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.24 – Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

8.25 – O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.26 – O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.27 – O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.28 – Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 – Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 – Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou digitalizado.

9.5 – Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6 – Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.7 – Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 – O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 – A habilitação será verificada por meio da Plataforma Licitar Digital, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais

quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10 – É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na Plataforma Licitar Digital e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 – A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11 – A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 – Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, que deverão ser apresentados no prazo de 02(duas) horas, improrrogável, contado da solicitação do pregoeiro, quando:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

c) suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

d) suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12 – Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.12.2 – Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 – Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14 – Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.15 – Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16 – A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.17 – Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10 – DO TERMO DE CONTRATO

10.1 – Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 – O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 – Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco)dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05(cinco) dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4 – O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 – referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 – a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 – a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5 – Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6 – O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7 – Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 – A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 – Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a

comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.8.1 – Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

11 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 – A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 – A Ata de Registro de Preços terá prazo de validade de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso.

11.7.1 – Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12 – DOS RECURSOS

12.1 – A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 – O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3 – Quando o recurso apresentado impugnar o julgmento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1 – a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2 – o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3 – na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4 – Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5 – O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7 – O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9 – O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10 – Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **www.marmelopolis.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br.**

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 – Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2 – Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1 – não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2 – recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3 – pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4 – deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5 – apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1 – recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5 – fraudar a licitação;

13.1.6 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1 – agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2 – induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3 – apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8 – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2 – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1 – advertência;

13.2.2 – multa;

13.2.3 – impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1 – a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2 – as peculiaridades do caso concreto;

13.3.3 – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4 – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5 – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4 – A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1 – Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2 – Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5 – As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6 – Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7 – A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8 – Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10 – A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11 – Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12 – Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14 – A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 – Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

14.2 – A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 – A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **Plataforma Licitar Digital (www.licitardigital.com.br); e-mail marmelopolislicitacao@gmail.com.**

14.4 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5 –Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 – Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

15.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

15.4 – A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6 – Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9 – Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10 – O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.marmelopolis.mg.gov.br e www.licitargital.com.br.

15.11 – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1 – ANEXO I – Termo de Referência

15.11.2 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

15.11.3 – ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.11.4 – ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preço

15.11.4 – ANEXO IV – Modelo de Proposta

Marmelópolis , 27 de outubro de 2025.

VALQUIRIA APARECIDA RIBEIRO FORTES:01445150670

Assinado de forma digital por VALQUIRIA APARECIDA RIBEIRO FORTES:01445150670
Dados: 2025.10.27 15:49:21 -03'00'

Valquíria Aparecida Ribeiro Fortes
Auxiliar Administrativo

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Licitatório 00142/2025

1- CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para as Escolas Municipais e diversos setores da Administração Municipal, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Item	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
0001	Assento Sanitário redondo, com tampa articulada na cor branca em Polipropileno ou plástico injetado de alta resistência. Compatível com vasos sanitários redondos padrão nacional. Acompanha conjunto de fixação (parafusos plásticos ou metálicos com buchas). Dobradiças reforçada, com articulação durável e fácil de instalar.	Unidade	22,0000	49,3300	1.085,2600
0002	Bacia plástica redonda em Polipropileno, branca,atóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 27litros, admitida variação de 25 a 28 litros, desdeque preservadas as mesmas características técnicas efuncionais. (O produto a ser fornecido deverá serentregue em tamanho único, sendo a variação indicadaum critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	4,0000	79,1100	316,4400

0003	Bacia plástica redonda em Polipropileno, brancaatóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 17litros, admitida variação de 16 a 20 litros, desdeque preservadas as mesmas características técnicas efuncionais. (O produto a ser fornecido deverá serentregue em tamanho único, sendo a variação indicadaum critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	4,0000	53,1900	212,7600
0004	Bacia plástica redonda em Polipropileno, brancaatóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 8litros, admitida variação de 7 a 10 litros, desdeque preservadas as mesmas características técnicas efuncionais. (O produto a ser fornecido deverá serentregue em tamanho único, sendo a variação indicadaum critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	4,0000	36,2100	144,8400
0005	Bobina saquinhos plásticos para armazenamento dealimentos, em polietileno de baixa densidade (PEBD).Cor: transparente. Tamanho: 30cm x 40cm, comespessura média 0,10mm. Atóxico, resistente eflexível.	Pacote 500,00 Unidades	5,0000	76,1100	380,5500

0006	Caixa organizadora com tampa, em formato retangular, lisa, com cantos arredondados e que seja empilhável. Produzida em material polipropileno ou plástico de alta resistência, atóxico, transparente (cor cristal). Capacidade volumétrica variável entre 13 a15 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, adepender do volume): 34 cm × 25 cm × 16 cm.	Unidade	5,0000	57,4300	287,1500
0007	Caixa plástica para alimentos, com tampa e empilhável. Em formato retangular, lisa, com cantos arredondados. Produzida em polipropileno ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxica e própria para contato com alimentos conforme normasda ANVISA, na cor branco opaco ou translúcido branco. Capacidade volumétrica entre 48 litros e 52 Litros. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	191,1300	955,6500

0008	Caixa plástica para alimentos, com tampa e empilhável. Em formato retangular, lisa, com cantos arredondados. Produzida em Polipropileno ou Polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico e próprio para contato com alimentos conforme normasda ANVISA, na cor branco opaco ou translúcidobranco. Capacidade volumétrica variável entre 19 a21 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, adepender do volume): Altura 14,5cm x Largura 34cm xComprimento 42,5cm.	Unidade	10,0000	99,0100	990,1000
0009	Caixa plástica para alimentos, com tampa hermética do mesmo material e empilhável. Produzida em Polipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor. Capacidade volumétrica variável entre 11 a 14 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): 121mm de altura, 270mm de largura, 400mm de comprimento, 1mm espessura.	Unidade	5,0000	66,9500	334,7500

0010	Caixa plástica para alimentos, com tampa hermético mesmo material e empilhável. Produzida emPolipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor.Capacidade volumétrica variável entre 15 a 17litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, adepender do volume): 150mm de altura, 270mm delargura, 400mm de comprimento, 1mm espessura.	Unidade	5,0000	79,1300	395,6500
0011	Caixa plástica para alimentos, com tampa hermético mesmo material e empilhável. Produzida emPolipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor.Capacidade volumétrica variável entre 37 a 39litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, adepender do volume): 200mm de altura, 350mm delargura, 550mm de comprimento.	Unidade	5,0000	112,3600	561,8000
0012	Colher de refeição, produzida em material inoxidável de alta qualidade, em única peça. Medindo de 18cm a 22 cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	100,0000	6,3700	637,0000

0013	Colher de sobremesa, produzida em material de inoxidável de alta qualidade, em única peça, medindo entre 15cm a 17cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	230,0000	4,3600	1.002,8000
0014	Colher em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça 45 cm a 50 cm de comprimento total. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	74,2300	371,1500
0015	Colher em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça com 35 cm a 38 cm de comprimento total. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para suaaceitação).	Unidade	5,0000	49,4400	247,2000
0016	Concha em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça de 28cm a 32cm de comprimento total, 100ml de capacidade da concha. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	47,6300	238,1500

0017	Concha em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça de 58cm a 60cm de comprimento total, 150ml a 200ml de capacidade da concha. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicadaum critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	9,0000	100,4100	903,6900
0018	Conjunto com 5 recipientes para armazenamento de alimentos em Polipropileno ou Polietileno (PEAD), atóxico, livre de BPA, tampa com fechamento de rosca na cor Opaco e com capacidades variádas ente 750ml para o menor recipiente e 8 litros para o maiorrecipiente.	Unidade	7,0000	173,5200	1.214,6400
0019	Copo de vidro tipo americano, volume 200ml.	Caixa 24,00 Unidades	8,0000	82,3300	658,6400

0020	Copo plástico para água: material atóxico de polipropileno, descartável de 200 ml, para água, branco, peso mínimo unitário de 1,80 gramas de acordo com as normas de qualidade padrão ABNT, NBR 14865, conforme Portaria n.º 453, de 01 de dezembro de 2010 do INMETRO. A parte externa do fundo do copo deverá conter a marca do fabricante, a sigla do material de que é fabricado (PP), a capacidade de 200 ml e o símbolo de que o material é reciclável. Prazo de validade indeterminado.	Pacote 100,00 Unidades	100,0000	4,8000	480,0000
0021	Copo plástico para água: material atóxico de polipropileno, descartável de 200 ml, para água, branco, peso mínimo unitário de 1,80 gramas de acordo com as normas de qualidade padrão ABNT, NBR 14865, conforme Portaria n.º 453, de 01 de dezembrode 2010 do INMETRO. A parte externa do fundo do copo deverá conter a marca do fabricante, a sigla do material de que é fabricado (PP), a capacidade de 200 ml e o símbolo de que o material é reciclável. Prazo de validade indeterminado.	Pacote 100,00 Unidades	560,0000	9,8700	5.527,2000

0022	Escorredor de louças em aço inoxidável (AISI 430 ou superior), com acabamento escovado ou polido, suporta no mínimo 20 pratos + espaço para copos,talheres e utensílios, retangular, com divisórias verticais para pratos e base lisa ou gradeada para copos etalheres. Dimensões aproximadas: Comprimento: 40cm a 60 cm, Largura: 25cm a 35 cm, Altura: 20cm a 30 cm• Pés: Antiderrapantes ou componteiras de borracha, resistente a ferrugem e oxidação. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único,sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	8,0000	188,9400	1.511,5200
0023	Escorredor de macarrão em alumínio polido; tipo tacho; com pé e asas de alumínio; furado com furo grosso, com capacidade entre 18 litros e 20 litros. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	155,5400	777,7000

0024	Escumadeira em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça. Com comprimento total variável entre 32cm a 34,5cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizadoapenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	54,8500	274,2500
0025	Escumadeira em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça. Com comprimento total variável entre 48cm a 50cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizadoapenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	84,4900	422,4500
0026	Faca com fio liso para corte de carnes, lâmina em aço inox 10" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 30cm a 35cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	85,4600	427,3000

0027	Faca com fio liso para corte de carnes, lâmina em aço inox 6" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 26cm a 28cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	62,9500	314,7500
0028	Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 3" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 15cm a 19cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	33,1200	165,6000
0029	Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 5" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 19cm a 21cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	43,6600	218,3000

0030	Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 5" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 23cm a 25cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	34,4600	172,3000
0031	Faca para refeição em aço inoxidável, peça única, comprimento total variável entre 18cm a 22cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	174,0000	10,4700	1.821,7800
0032	Face Shield com visor transparente, testeira de plástico e elástico que garante a fixação.	Unidade	2,0000	34,1500	68,3000
0033	Garfo de refeição em aço inoxidável, peça única,medindo de 18cm a 22cm. (O produto a ser fornecidodeverá ser entregue em tamanho único, sendo avariação indicada um critério utilizado apenas parasua aceitação).	Unidade	174,0000	10,0000	1.740,0000

0034	Garfo de sobremesa em aço inoxidável, peça única, medindo entre 15cm a 17cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	54,0000	4,1600	224,6400
0035	Garfo descartável para refeição, branco ou transparente, material plástico de alta qualidade, atóxico e adequado para contato com alimentos, comprimento total variável entre 12cm a 16cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	16,0000	5,9300	94,8800
0036	Garrafa térmica capacidade 1,8 Litros, com alçaretrátil, sistema de bombeamento por pressão eanti-gotejamento, livre de BPA, ampola de vidro esuperfície antiderrapante. Nas cores: preta, brancae bege.	Unidade	9,0000	136,6300	1.229,6700
0037	Garrafa térmica capacidade mínima 1 Litro, com alça retrátil, sistema de apertar, livre de BPA, ampola de vidro. Cores: preta e bege.	Unidade	11,0000	86,1000	947,1000

0038	Jarra de vidro resistente, transparente, com alça, com tampa em plástico, capacidade mínima 1 Litro.	Unidade	7,0000	32,3900	226,7300
0039	Jarra de vidro resistente, transparente, com alça, com tampa em plástico, capacidade mínima 1,8 Litro.	Unidade	7,0000	41,7000	291,9000
0040	Jogo de copo em vidro transparente, liso, resistente, com no mínimo 300ml. Jogo com 6 peças.	Jogo	10,0000	51,5300	515,3000
0041	Jogo de xícara e pires para café em porcelana branca e borda dourada, resistente, com alça, capacidade mínima da xícara 90ml. Jogo com 12 peças.	Jogo	6,0000	165,7900	994,7400

0042	Kit composto por 6 placas ou tábuas de corte coloridas, Sendo 50cm de altura, 30cm de largura, 1,5cm de espessura aprox., em polipropileno; atóxica com aditivo anti bactericida; fácil higienização, resistente a produtos químicos, antiderrapante; bordas arredondadas; furo para pendurar. Contendo: 1 placa na cor vermelha para corte de carne vermelha crua; 1 placa na cor verde para corte de frutas, legumes e verduras; 1 placa na cor azul para corte de peixes e frutos do mar; 1 placa na cor bege para corte de assados e embutidos; 1 placa na cor amarela para corte de aves e 1 placa na cor branca para corte de laticínios.	Kit 6,00 Unidades	5,0000	388,2000	1.941,0000
0043	Lixeira com pedal e tampa articulada, cesto confeccionado polipropileno e armaçãoconfeccionada em aço carbono SAE 1020 galvanizado. Capacidade 60 litros.	Unidade	6,0000	186,9300	1.121,5800
0044	Lixeira em plástico resistente, com pedal e tampa articulada, na cor branca ou cinza. Capacidade 15 litros.	Unidade	22,0000	58,5500	1.288,1000
0045	Lixeira em plástico resistente, com pedal e tampa articulada, na cor branca ou cinza. Capacidade 40 litros.	Unidade	11,0000	126,0500	1.386,5500

0046	Pegador em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça, com medidas entre 20cm e 22cm de comprimento. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	40,6700	203,3500
0047	Pegador em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça, com medidas entre 27 cm e 29cm de comprimento. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	5,0000	56,3000	281,5000
0048	Prato de refeição em vidro temperado, resistente, branco, fundo, liso, diâmetro 22 cm.	Unidade	174,0000	19,1300	3.328,6200
0049	Prato para refeição, material isopor, redondo, descartável, branco, com 23cm de diâmetro.	Pacote 20,00 Unidades	40,0000	13,8500	554,0000

0050	Saquinho para Coleta de Amostras de Alimentos em Polietileno de baixa densidade (PEBD) ou polipropileno (PP), atóxico, transparente e de grau alimentício. Capacidade mínima 500mL. Dimensões aproximadas: 20 cm x 30 cm, com fecho tipo zip (zip lock), cordão, ou para selagem térmica• Esterilização: Produto estéril, embalado individualmente ou em lote com identificação clara, transparência: Total ou translúcida, permitindo visualização do conteúdo interno, espessura: Mínima de 0,05 mm (50 micras), garantindo resistência ao manuseio e transporte. Suportar refrigeração econgelamento (até −20°C), conforme especificação técnica.	Pacote 100,00 Unidades	20,0000	51,4200	1.028,4000
0051	Suporte papel higiênico de Parede, em aço alumínio anodizado, fixação por parafusos e buchas (inclusos).	Unidade	17,0000	40,5200	688,8400
0052	Tampa de ralo para cozinha, quadrado, em Alumínioou ferro fundido, com fechamento, bordas chanfradaspara encaixe firme e seguro, 15cm x 15 cm , tampacom trava ou sistema de encaixe que impede aberturaacidental.	Unidade	22,0000	35,3300	777,2600

0053	Tapete capacho personalizado para a entrada, material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza. Dimensões: 2 metros x 60cm. Personalizado de acordo com layout enviado pela secretaria pertinente.	Unidade	4,0000	349,7400	1.398,9600
0054	Tapete capacho personalizado para a entrada, material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza. Dimensões: 90cm x 60cm. Personalizado de acordo com layout enviado pela secretaria pertinente.	Unidade	7,0000	118,2000	827,4000
0055	Tapete capacho personalizado para a entrada,material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza.Dimensões: 1,5 metros x 60cm. Personalizado de acordo com layout enviado pela secretaria pertinente.	Unidade	7,0000	227,0900	1.589,6300

0056	Termômetro Digital com Espeto (penetrante) paramedição de temperatura de alimentos. Digital, comsonda de penetração rígida em aço inoxidável paramedição da temperatura interna de alimentos sólidos,líquidos e semissólidos, crus ou cozidos. Faixa demedição: de pelo menos -50°C a +300°C.*Precisão:±1°C ou melhor, na faixa de 0°C a 100°C.*Resolução:0,1°C. *Tempo de resposta: até 10 segundos. Em açoinoxidável, grau alimentício, comprimento mínimo de10 cm. Diâmetro: fino, ideal para penetração emalimentos sem danificá-los.*Fixa ou retrátil, componta afiada. Tela LCD clara, de fácil leitura.Indicação de temperatura em graus Celsius (°C)(alguns modelos podem alternar °F/°C). Deve atenderàs normas da ANVISA.	Unidade	5,0000	127,9800	639,9000

0057	Termômetro infravermelho (sem contato), faixa de medição: mínimo de −50°C a +250°C (ideal até +400°C), resolução: 0,1°C• Precisão: ±1°C ou ±1% (conforme faixa)• Tempo de resposta: ? 1 segundo• Tela: Visor digital LCD com iluminação (backlight)• Medição: Por feixe infravermelho com mira a laser (pontual)• Distância de medição: Relação D:S(Distância:Spot) de pelo menos 12:1 (ex.: mede a 12 cm com precisão em 1 cm)• Unidades de medida: °C e °F (comutáveis)• Pilhas comuns (geralmente 2x AAA).Desligamento automático em ABS resistente. Atende a normas ANVISA e Boas Práticas de Manipulação.	Unidade	5,0000	184,6500	923,2500
0058	Tigelas de Plástico redonda em polipropileno ou polietileno, 100% livre de BPA e outras toxinas, capacidade 250ml a 300 ml, cores sortidas. Atender a normas da ANVISA e MAPA para manipulação de alimentos. (O produto a ser fornecido deverá serentregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unidade	200,0000	13,0200	2.604,0000

0059	Torneira de parede com bica alta, móvel e filtro deagua, de plástico ABS de alta resistência, elementofiltrante composto carvão ativado, polipropileno oucerâmica microporosa. Capacidade de vazão: Cerca de0,5 a 2 litros por minuto Certificação recomendadapelo INMETRO.	Unidade	10,0000	160,6100	1.606,1000
0060	Xícara de café em vidro temperado, incolor, com alça, 90ml no mínimo.	Unidade	24,0000	9,0000	216,0000

Valor Total Estimado da Contratação: R$ 51.789,07

1.2 – Os produtos objeto desta contratação são caracterizados como Material de Consumo, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1 – A Arte Modelo para os tapetes capacho personalizado estão anexado em campo próprio do Estudo Técnico Preliminar, para fins de padronização e conferência do material a ser fornecido.

1.3 – O prazo de vigência da contratação será até 12 meses a contar da assinatura da Ata Registro de preços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

2 – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 – A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 – O objeto da contratação está previsto no orçamento 2025, uma vez que o Plano Anual de Contratações está em fase de elaboração.

3– DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 – A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.1 – Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2 – Garantia da contratação

4.2.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 – Condições de Entrega:

5.1.1– O prazo de entrega dos produtos é de «Prazo de Entrega» , mediante emissão de ordem de fornecimento.

5.1.2 – Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.4 – O Endereço da entrega do objeto se dará na Rua José Acelino Silva, nº 18, no bairro Centro, em Maremlópolis/MG, CEP: 37.516-000.

5.2 – Garantia

5.2.1 – O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 – As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 – O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5 – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.6 – O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 – O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 – Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 – O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 – O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 – O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13 – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.14 – A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do contrato

6.15 – Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1 – coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2 – acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3 – acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 – emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal de contrato quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 – tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 – elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 – enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 – Recebimento

7.1.1 – Os produtos serão recebidos , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2 – Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3 – No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.64- O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.5 – O recebimento não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos produtos nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2 – Liquidação

7.2.1 – Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2 – O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3 – Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;
a data da emissão;
os dados do contrato e do órgão contratante;
o período respectivo de execução do contrato;
o valor a pagar; e
eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4 – Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5 – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3 – Prazo de pagamento

7.3.1 – O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.4 – Forma de pagamento

7.4.1 – O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3 – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1 – Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5 – O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 – Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.2 – O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

8.2 – Forma de fornecimento

8.2.1 – O fornecimento do objeto será parcelado.

9 – Exigências de habilitação

9.1 – Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.1.1 – Habilitação jurídica

9.1.1.1 – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.1.2 – Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.1.1.3 – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada

– EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.4 – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.1.1.5 – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.1.6– Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.1.1.7 – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.1.1.8 – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.1.2 – Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.1.2.2 – Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.1.2.3 – Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.1.2.4 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.1.2.5 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.1.2.6 – Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.1.2.7 – Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.1.2.8 – O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 – O custo estimado total da contratação é de R$ 51.789,07 (Cinquenta e Um Mil e Setecentos e Oitenta e Nove Reais e Sete Centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Dotação Orçamentária	Descrição da Dotação Orçamentária
02.02.01.04.122.0003.2014.33903000	Manutenção do Departamento de Administração Material De Consumo
02.06.01.12.306.0008.2045.33903000	Manutenção da Alimentação Escolar Material De Consumo
02.07.01.23.122.0014.2068.33903000	Manutenção da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura Material De Consumo
02.08.02.10.301.0015.2074.33903000	Manutenção das Atividades de Assistência Médico-Odontológica Material De Consumo

APÊNCICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa e cozinha para as Escolas Municipais e diversos setores da Administração Municipal.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1 – A presente contratação para a aquisição de materiais de consumo destinados à saúde tem como objetivo atender as necessidades operacionais e rotinas diárias da Secretaria Municipal de Saúde

1.2 – A aquisição de materiais de consumo destinados à área da Educação tem como principal objetivo atender às normas técnicas e exigências nutricionais e sanitárias recomendadas pela nutricionista responsável pelo Programa de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo a qualidade e segurança no preparo e distribuição das refeições servidas aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

1.3 – No setor Administrativo e Cultura, os materiais de consumo tem como objetivo atender às necessidades operacionais e de apoio, andamento das rotinas diárias, recepção de autoridades, atendimento ao público e realização de reuniões institucionais, assegurando qualidade e funcionalidade nos serviços prestados pela Prefeitura Municipal.

1.4 – A compra desses materiais visa, portanto, atender à demanda atual de consumo dos setores mencionados, promovendo melhores condições de trabalho, eficiência administrativa e o cumprimento das obrigações institucionais da gestão pública municipal.

1.5 – A adoção do sistema de registro de preço justifica-se pela forma de aquisição dos materiais de consumo, com previsão de entregas parceladas conforme a disponibilidade orçamentária, além disso, não é possível prever com total exatidão o quantitativo a ser demandado pelos setores solicitantes.

2 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1 – As empresas participantes deverão possuir a seguinte documentação:
– Habilitação fiscal, social e trabalhista;

3 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

3.1 – Para a solução da necessidade apontada: os itens descritos no objeto é o que melhor atende a necessidade dos setores envolvidos, uma vez que não possui outra solução que adeque melhor a demanda apresentada.

4 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 – Os itens do objeto deverão possuir as características necessárias para atender a demanda dos setores solicitantes.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
Assento Sanitário redondo, com tampa articulada na cor branca em Polipropileno ou plástico injetado de alta resistência. Compatível com vasos sanitários redondos padrão nacional. Acompanha conjunto de fixação (parafusos plásticos ou metálicos com buchas). Dobradiças reforçada, com articulação durável e fácil de instalar.	Unid	22	49,33	1.085,26
Bacia plástica redonda em Polipropileno, branca atóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 17 litros, admitida variação de 16 a 20 litros, desde que preservadas as mesmas características técnicas e funcionais. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	04	53,19	212,76
Bacia plástica redonda em Polipropileno, branca atóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 8 litros, admitida variação de 7 a 10 litros, desde que preservadas as mesmas características técnicas e funcionais. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	04	36,21	144,84
Bacia plástica redonda em Polipropileno, branca, atóxico, livre de BPA, capacidade nominal de 27 litros, admitida variação de 25 a 28 litros, desde que preservadas as mesmas características técnicas e funcionais. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	04	79,11	316,44
Bobina saquinhos plásticos para armazenamento de alimentos, em polietileno de baixa densidade (PEBD). Cor: transparente. Tamanho: 30cm x 40cm, com espessura média 0,10mm. Atóxico, resistente e flexível.	Pacote Com 500	05	76,11	380,55
Caixa organizadora com tampa, em formato retangular, lisa, com cantos arredondados e que seja empilhável. Produzida em material polipropileno ou plástico de alta resistência, atóxico, transparente (cor cristal). Capacidade volumétrica variável entre 13 a 15 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): 34 cm × 25 cm × 16 cm.	Unid	05	57,43	287,15
Caixa plástica para alimentos, com tampa e empilhável. Em formato retangular, lisa, com cantos arredondados. Produzida em polipropileno ou polietileno de alta densidade (PEAD), atóxica e própria para contato com alimentos conforme normas da ANVISA, na cor branco opaco ou translúcido branco. Capacidade volumétrica entre 48 litros e 52 Litros. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	191,13	955,65
Caixa plástica para alimentos, com tampa e empilhável. Em formato retangular, lisa, com cantos arredondados. Produzida em Polipropileno ou Polietileno de alta densidade (PEAD), atóxico e próprio para contato com alimentos conforme normas da	Unid			

ANVISA, na cor branco opaco ou translúcido branco. Capacidade volumétrica variável entre 19 a 21 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): Altura 14,5cm x Largura 34cm x Comprimento 42,5cm.		10	99,01	990,10
Caixa plástica para alimentos, com tampa hermética do mesmo material e empilhável. Produzida em Polipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor. Capacidade volumétrica variável entre 37 a 39 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): 200mm de altura, 350mm de largura, 550mm de comprimento.	Unid	05	112,36	561,80
Caixa plástica para alimentos, com tampa hermética do mesmo material e empilhável. Produzida em Polipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor. Capacidade volumétrica variável entre 15 a 17 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): 150mm de altura, 270mm de largura, 400mm de comprimento, 1mm espessura.	Unid	05	79,13	395,65
Caixa plástica para alimentos, com tampa hermética do mesmo material e empilhável. Produzida em Polipropileno, BMC ou SMC, atóxico e incolor. Capacidade volumétrica variável entre 11 a 14 litros. Dimensões sugeridas (exemplificativo, a depender do volume): 121mm de altura, 270mm de largura, 400mm de comprimento, 1mm espessura.	Unid	05	66,95	334,75
Colher de refeição, produzida em material inoxidável de alta qualidade, em única peça. Medindo de 18cm a 22 cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	100	6,37	637,00
Colher de sobremesa, produzida em material de inoxidável de alta qualidade, em única peça, medindo entre 15cm a 17cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	230	4,36	1.002,80
Colher em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça com 35 cm a 38 cm de comprimento total. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	49,44	247,20
Colher em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça 45 cm a 50 cm de comprimento total. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	74,23	371,15
Concha em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça de 28cm a 32cm de comprimento total, 100ml de capacidade da concha. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	47,63	238,15

Concha em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça de 58cm a 60cm de comprimento total, 150ml a 200ml de capacidade da concha. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	09	100,41	903,69
Copo plástico para água: material atóxico de polipropileno, descartável de 200 ml, para água, branco, peso mínimo unitário de 1,80 gramas de acordo com as normas de qualidade padrão ABNT, NBR 14865, conforme Portaria n.º 453, de 01 de dezembro de 2010 do INMETRO. A parte externa do fundo do copo deverá conter a marca do fabricante, a sigla do material de que é fabricado (PP), a capacidade de 200 ml e o símbolo de que o material é reciclável. Prazo de validade indeterminado.	Pacote c/ 100 unidades	560	9,87	5.527,20
Copo plástico para café: material atóxico de polipropileno, descartável de 50 ml, para café, branco, peso mínimo unitário de 0,75 gramas de acordo com as normas de qualidade padrão ABNT, NBR 14865, conforme Portaria n.º 453, de 01 de dezembro de 2010 do INMETRO. A parte externa do fundo do copo deverá conter a marca do fabricante, a sigla do material de que é fabricado (PP), a capacidade de 200 ml e o símbolo de que o material é reciclável. Prazo de validade indeterminado.	Pacote c/ 100 unidades	100	4,80	480,00
Copo de vidro tipo americano, volume 200ml.	Caixa 24 unid	08	82,33	658,64
Conjunto com 5 recipientes para armazenamento de alimentos em Polipropileno ou Polietileno (PEAD), atóxico, livre de BPA, tampa com fechamento de rosca na cor Opaco e com capacidades variádas ente 750ml para o menor recipiente e 8 litros para o maior recipiente.	Unid	07	173,52	1.214,64
Escorredor de macarrão em alumínio polido; tipo tacho; com pé e asas de alumínio; furado com furo grosso, com capacidade entre 18 litros e 20 litros. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	155,54	777,70
Escorredor de louças em aço inoxidável (AISI 430 ou superior), com acabamento escovado ou polido, suporta no mínimo 20 pratos + espaço para copos, talheres e utensílios, retangular, com divisórias verticais para pratos e base lisa ou gradeada para copos e talheres. Dimensões aproximadas: Comprimento: 40cm a 60 cm, Largura: 25cm a 35 cm, Altura: 20cm a 30 cm• Pés: Antiderrapantes ou com ponteiras de borracha, resistente a ferrugem e oxidação. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	08	188,94	1.511,52
Escumadeira em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça. Com comprimento total variável entre 32cm a 34,5cm. (O produto a ser	Unid	05	54,85	274,25

fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).				
Escumadeira em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça. Com comprimento total variável entre 48cm a 50cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	84,49	422,45
Faca com fio liso para corte de carnes, lâmina em aço inox 6" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 26cm a 28cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	62,95	314,75
Faca com fio liso para corte de carnes, lâmina em aço inox 10" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 30cm a 35cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	85,46	427,30
Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 3" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 15cm a 19cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	33,12	165,60
Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 5" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 19cm a 21cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	43,66	218,30
Faca com fio liso para corte de legumes, lâmina em aço inox 5" e cabo anatômico de polipropileno com antibacteriano, na cor branca. Comprimento total variável entre 23cm a 25cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	34,46	172,30
Faca para refeição **em aço** inoxidável, peça única, comprimento total variável entre 18cm a 22cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	174	10,47	1.821,78
Face Shield com visor transparente, testeira de plástico e elástico que garante a fixação.	Unid	02	34,15	68,30
Garfo descartável para refeição, branco ou	Pacote			

transparente, material plástico de alta qualidade, atóxico e adequado para contato com alimentos, comprimento total variável entre 12cm a 16cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	c/ 50 unidades	16	5,93	94,88
Garfo de sobremesa em aço inoxidável, peça única, medindo entre 15cm a 17cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	54	4,16	224,64
Garfo de refeição **em aço** inoxidável, peça única, medindo de 18cm a 22cm. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	174	10,00	1.740,00
Garrafa térmica capacidade mínima 1 Litro, com alça retrátil, sistema de apertar, livre de BPA, ampola de vidro. Cores: preta e bege.	Unid	11	86,10	947,10
Garrafa térmica capacidade 1,8 Litros, com alça retrátil, sistema de bombeamento por pressão e anti-gotejamento, livre de BPA, ampola de vidro e superfície antiderrapante. Nas cores: preta, branca e bege.	Unid	09	136,63	1.229,67
Jarra de vidro resistente, transparente, com alça, com tampa em plástico, capacidade mínima 1 Litro.	Unid	07	32,39	226,73
Jarra de vidro resistente, transparente, com alça, com tampa em plástico, capacidade mínima 1,8 Litro.	Unid	07	41,70	291,90
Kit composto por 6 placas ou tábuas de corte coloridas, Sendo 50cm de altura, 30cm de largura, 1,5cm de espessura aprox., em polipropileno; atóxica com aditivo anti-bactericida; fácil higienização, resistente a produtos químicos, antiderrapante; bordas arredondadas; furo para pendurar. Contendo: 1 placa na cor vermelha para corte de carne vermelha crua; 1 placa na cor verde para corte de frutas, legumes e verduras; 1 placa na cor azul para corte de peixes e frutos do mar; 1 placa na cor bege para corte de assados e embutidos; 1 placa na cor amarela para corte de aves e 1 placa na cor branca para corte de laticínios.	Kit	05	388,20	1.941,00
Lixeira em plástico resistente, com pedal e tampa articulada, na cor branca ou cinza. Capacidade 15 litros.	Unid	22	58,55	1.288,10
Lixeira em plástico resistente, com pedal e tampa articulada, na cor branca ou cinza. Capacidade 40 litros.	Unid	11	126,05	1.386,55
Lixeira com pedal e tampa articulada, cesto confeccionado polipropileno e armação confeccionada em aço carbono SAE 1020 galvanizado. Capacidade 60 litros.	Unid	06	186,93	1.121,58

Jogo de xícara e pires para café em porcelana branca e borda dourada, resistente, com alça, capacidade mínima da xícara 90ml. Jogo com 12 peças.	Jogo	06	165,79	994,74
Jogo de copo em vidro transparente, liso, resistente, com no mínimo 300ml. Jogo com 6 peças.	Jogo	10	51,53	515,30
Pegador em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça, com medidas entre 20cm e 22cm de comprimento. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	40,67	203,35
Pegador em aço inox AISI 304 ou 430, monobloco, ou seja, em uma única peça, com medidas entre 27 cm e 29cm de comprimento. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	05	56,30	281,50
Prato para refeição, material isopor, redondo, descartável, branco, com 23cm de diâmetro.	Pacote com 20 unidades	40	13,85	554,00
Prato de refeição em vidro temperado, resistente, branco, fundo, liso, diâmetro 22 cm.	Unid	174	19,13	3.328,62
Saquinho para Coleta de Amostras de Alimentos em Polietileno de baixa densidade (PEBD) ou polipropileno (PP), atóxico, transparente e de grau alimentício. Capacidade mínima 500mL. Dimensões aproximadas: 20 cm x 30 cm, com fecho tipo zip (zip lock), cordão, ou para selagem térmica• Esterilização: Produto estéril, embalado individualmente ou em lote com identificação clara, transparência: Total ou translúcida, permitindo visualização do conteúdo interno, espessura: Mínima de 0,05 mm (50 micras), garantindo resistência ao manuseio e transporte. Suporta refrigeração e congelamento (até -20°C), conforme especificação técnica.	Pacote Com 100	20	51,42	1.028,40
Suporte papel higiênico de Parede, em aço alumínio anodizado, fixação por parafusos e buchas (inclusos).	Unid	17	40,52	688,84
Tampa de ralo para cozinha, quadrado, em Alumínio ou ferro fundido, com fechamento, bordas chanfradas para encaixe firme e seguro, 15cm x 15 cm , tampa com trava ou sistema de encaixe que impede abertura acidental.	Unid	22	35,33	777,26
Tapete capacho personalizado para a entrada, material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza. Dimensões: 1,5 metros x 60cm. Personalizado de acordo com layout enviado pela secretaria pertinente.	Unid	07	227,09	1.589,63
Tapete capacho personalizado para a entrada, material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza. Dimensões: 2 metros x 60cm. Personalizado de acordo com layout	Unid	04	349,74	1.398,96

enviado pela secretaria pertinente.				
Tapete capacho personalizado para a entrada, material trama vinílica 13mm. Cor preto e cinza. Dimensões: 90cm x 60cm. Personalizado de acordo com layout enviado pela secretaria pertinente.	Unid	07	118,20	827,40
Termômetro infravermelho (sem contato), faixa de medição: mínimo de -50°C a +250°C (ideal até +400°C), resolução: 0,1°C• Precisão: ±1°C ou ±1% (conforme faixa)• Tempo de resposta: ≤ 1 segundo• Tela: Visor digital LCD com iluminação (backlight)• Medição: Por feixe infravermelho com mira a laser (pontual)• Distância de medição: Relação D:S (Distância:Spot) de pelo menos 12:1 (ex.: mede a 12 cm com precisão em 1 cm)• Unidades de medida: °C e °F (comutáveis)• Pilhas comuns (geralmente 2x AAA). Desligamento automático em ABS resistente. Atende a□normas ANVISA e Boas Práticas de Manipulação.	Unid	05	184,65	923,25
Termômetro Digital com Espeto (penetrante) para medição de temperatura de alimentos. Digital, com sonda de penetração rígida em aço inoxidável para medição da temperatura interna de alimentos sólidos, líquidos e semissólidos, crus ou cozidos. Faixa de medição: de pelo menos -50°C a +300°C.*Precisão: ±1°C ou melhor, na faixa de 0°C a 100°C.*Resolução: 0,1°C.*Tempo de resposta: até 10 segundos. Em aço inoxidável, grau alimentício, comprimento mínimo de 10 cm. Diâmetro: fino, ideal para penetração em alimentos sem danificá-los.*Fixa ou retrátil, com ponta afiada. Tela LCD clara, de fácil leitura. Indicação de temperatura em graus Celsius (°C) (alguns modelos podem alternar °F/°C). Deve atender às normas da ANVISA.	Unid	05	127,98	639,90
Tigelas de Plástico redonda em polipropileno ou polietileno, 100% livre de BPA e outras toxinas, capacidade 250ml a 300 ml, cores sortidas. Atender a normas da ANVISA e MAPA para manipulação de alimentos. (O produto a ser fornecido deverá ser entregue em tamanho único, sendo a variação indicada um critério utilizado apenas para sua aceitação).	Unid	200	13,02	2.604,00
Torneira de parede com bica alta, móvel e filtro de agua, de plástico ABS de alta resistência, elemento filtrante composto carvão ativado, polipropileno ou cerâmica microporosa. Capacidade de vazão: Cerca de 0,5 a 2 litros por minuto Certificação recomendada pelo INMETRO.	Unid	10	160,61	1.606,10
Xícara de café em vidro temperado, incolor, com alça, 90ml no mínimo.	Unid	24	9,00	216,00

Valor Total Estimado da Contratação: R$ 51.789,07

5.2 – Seguem anexadas as Artes Modelos para os tapetes capacho personalizado, para fins de padronização e conferência do material a ser fornecido.

MUNICÍPIO DE MARMELÓPOLIS
Estado de Minas Gerais
Rua José Acelino da Silva, nº 18, Centro, CEP: 37.516-000
Telefax: (35)3625-1233 - www.marmelopolis.mg.gov.br

SECRETARIA MUNICIPAL
SAÚDE

MARMELÓPOLIS – MG

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

6.1 – As cotações foram realizadas através de pesquisa de preço, realizado pelo Sistema de Banco de Preço https://app.licitardigital.com.br.

7 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

7.1 – A entrega será formalizada através das devidas Ordens de Fornecimento, de forma parcelada, mediante necessidade dos Setores solicitantes.

8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

8.1 – Não dispõe de contratações correlatas ou interdependentes para a execução do objeto.

9 – ALINHAMENTO COM PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

9.1– O plano de contratações anuais encontra se em fase de elaboração, sendo este ainda dispensável pela legislação. O presente objeto encontra se previsto no orçamento 2025 do município.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO
10.1 – A execução contratual não necessita de providências prévias a serem dispendidas pela administração.

11 - IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1 – A contratação não possibilita impactos ambientais.

.

12 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

12.1 – Parecer final sobre a contratação da solução pretendida, indicando a viabilidade técnica operacional e orçamentaria, assim como a adequação à necessidade identificada na demanda de contratação.

13- GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

13.1- Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133, de 2021, por se tratar de contratação de bens comuns.

14- PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO

14.1- Vigência da Contratação: 12 meses a contar da assinatura da Ata Registro de preços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/2021.

14.2- Endereço para entrega dos itens se dará no Município de Marmelópolis, Rua José Acelino da Silva, nº 18, CEP-37.516-000, Centro.

14.3- O prazo de entrega será em até 15 dias após a emissão da OF, sendo o horário para entrega de segunda à sexta-feira das 7h às 16h.

14.4 – A garantia se dará conforme estabelecido na Lei 8.078/90 – CDC

15- NECESSIDADES DE AMOSTRAS

15.1- Não necessita descrição de amostras.

Marmelópolis, 17 de outubro de 2025.

_____

Cleber Martins de Oliveira

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Gabinete

_____

Janaína de Fátima Fernandes Rita Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

_____

Samara Ribeiro Carvalho Fernandes
Secretária Municipal de Educação

_____

Juliano José da Silva
Secretária de Cultura e Turismo

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Processo Licitatório nº00142/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MARMELÓPOLIS, E A EMPRESA ....

A ____ , com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1– CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 – O objeto do presente instrumento é a _____, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 – Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01					
02					

1.3 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;
b) O Edital da Licitação;
c) A Proposta do contratado;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 – CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 – O prazo de vigência da contratação será de 12(doze)meses a contar da data da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.2 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.3 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

3– CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4 – CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 – Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5 – CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 – O valor total da contratação é de R$..... (.....)

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6 – CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

7.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **INPC** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

8 – CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 – São obrigações do Contratante:

8.1.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.7 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8 – Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura de Marmelópolis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10 – A Administração terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

8.1.12 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9 – CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3 – Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7 – Quando não for possível a verificação da regularidade nos sitios eletrônicos oficiais emissores das certidões, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.1.8 – Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.1.9 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.1.10 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.1.11 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.12 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7 – O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8 – O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9 – O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1 – Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2 – A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

1 – moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 05 (cinco) dias;

2 – compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.2.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3– Indenizações e multas.

13.3 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício e nas decorrentes para o próximo exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16– CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 – Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c Decreto Municipal 1.832/2024.

18 – CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de itajubá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Marmelópolis, ___/____/_____

RODRIGO JÚNIOR RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Nome do Fornecedor: _____

CNPJ: _____

Rep. Legal: _____

CPF: _____

Daniel Gicovate
O.A.B./MG 92.793

Testemunhas :

_____ _____

CPF_____ CPF_____

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
MUNICÍPIO DE MARMELÓPOLIS/MG
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º .....

A_____, com sede na ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1 – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº ...../20... que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição do	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ___ (_____)

3 – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 – O órgão gerenciador será o Município de Marmelópolis.

4 – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – A ata de registro de preços, durante sua validade, não poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

4.2 – Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5 – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 – Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação , sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.4.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5 – A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3 – Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 – Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1 – Por razão de interesse público;

8.3.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.3 – de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10 – DAS PENALIDADES

10.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital .

10.1.1 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço

(art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 – CONDIÇÕES GERAIS

11.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL .

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes

Marmelópolis, ___/____/_____

RODRIGO JÚNIOR RIBEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Nome do Fornecedor: _____

CNPJ: _____

Rep. Legal: _____

Daniel Gicovate
O.A.B./MG 92.793

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00142

Pregão Eletrônico Nº: 000058

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R$	Valor Total R$

- Prazo de Validade da Proposta: 60 dias

Esclarecemos que aceitamos todas as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e que o preço proposto inclui todas as despesas.

_____,____ de _____ de 2025.